



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPOATÃ
SECRETARIA DO CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

QUARTO TRIMESTRE/2018

OUTUBRO à DEZEMBRO de 2018

ÍNDICE

- I - INFORMAÇÕES
- II - INTRODUÇÃO
- III - FONTES DE CRITÉRIO, PROCEDIMENTOS E ALCANCE
- IV - CONCLUSÃO


Adriana Aparecida Santos Oliveira
Sec. de Controle Interno
Decreto Nº. 239/2017



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPOATÃ
SECRETARIA DO CONTROLE INTERNO

I – INFORMAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPOATÃ

Gestor: JOSÉ MAGNO DA SILVA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAPOATÃ

Secretário: JOSÉ LEANDRO MELO SANTOS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JAPOATÃ

Secretária: VERA MARIA DA ANUNCIÇÃO CARVALHO

Período de Exame: 01/10/2018 à 31/12/2018


Adriana Aparecida Santos Oliveira
Sec. de Controle Interno
Decreto Nº 239/2017

2 – INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao mandamento Constitucional e as disposições da Lei Complementar nº: 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, realizamos o exame das despesas do Município de Japoatã, relativas ao período de 01/10/2018 à 31/12/2018, com o objetivo de verificar a regularidade da execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, bem como o cumprimento das disposições legais pertinentes.

3 – FONTES DE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE

Os trabalhos do Controle Interno foram conduzidos de acordo com os Princípios de Contabilidade Pública e com as normas e procedimentos constantes na Resolução nº: 206/2001, de 01/11/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

- Constituição Federal;
- Lei Federal Nº: 4.320/1964 – Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Federal Nº: 8.666/1993 e alterações posteriores – Institui normas para licitações e contratos na Administração Pública;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPOATÃ
SECRETARIA DO CONTROLE INTERNO

- Lei Complementar N°: 101/2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dão outras providências;
- Resoluções e Pareceres do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;
- Portarias da secretaria do Tesouro Nacional.

Os principais procedimentos de controle utilizados foram os seguintes:

- Levantamento de dados orçamentários, financeiros e patrimoniais no sistema contábil, confrontando-os com a documentação suporte;
- Conferência de cálculo;
- Exame de processos de despesas;
- Certificação do Repasse da Prefeitura Municipal;
- Exame nos controles do material permanente;
- Exame nos controles do material de consumo;
- Exame de procedimentos licitatórios e respectivos contratos e termos aditivos;
- Análise no cumprimento as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os trabalhos do controle interno abrangem o período de 01/10/2018 à 31/12/2018 e alcançam as áreas a seguir relacionadas:

- Orçamento Inicial;
- Licitações;
- Execução Orçamentária e Financeira;
- Concurso Público;
- Almoxarifado e Patrimônio;
- Obras e Reformas.

Adriana Aparecida Santos Oliveira
Sec. de Controle Interno
Decreto N° 239/2017

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

- **PPA** – Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2018/2021 foi aprovado pela Lei Municipal n° 438, de 21/12/2017.
- **LDO** - Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2017, aprovada pela Lei Municipal n°: 425, de 21/06/2017, e a
- **LOA** – Lei Orçamentária Anual n°: 439, de 21/12/2017, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 32.761.300,00 (trinta e dois milhões, setecentos e sessenta e um mil e trezentos reais)

RECEITA ORÇAMENTARIA	
Receitas Correntes	R\$ 35.877.084,00
Receita de Capital	R\$ 391.500,00



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPOATÃ
SECRETARIA DO CONTROLE INTERNO

(-) Deduções de Receita	R\$ (3.507.284,00)
TOTAL	R\$ 32.761.300,00
DESPESA ORÇAMENTARIA	
Despesas Correntes	R\$ 29.109.636,00
Despesas de Capital	R\$ 3.335.478,00
Reserva de Contingência	R\$ 316.186,00
TOTAL	R\$ 32.761.300,00

EXECUÇÃO DA DESPESA PUBLICA
DESPESA ORÇAMENTÁRIA

NO TRIMESTRE	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGO
PREFEITURA	R\$ 5.829.110,59	R\$ 9.410.214,98	R\$ 9.309.697,44
FUNDO M. SAÚDE	R\$ 475.300,58	R\$ 1.435.316,94	R\$ 1.485.251,93
FUNDO.ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 162.402,74	R\$ 367.824,32	R\$ 370.240,57

DESPESAS COM DIÁRIAS

As diárias estão regulamentadas através do Decreto nº: 005/2015, que fixam seus valores da seguinte forma:

TABELA DE DIÁRIAS		
CARGO	DENTRO DO ESTADO	FORA DO ESTADO
Prefeito, Vice-Prefeito	R\$ 100,00	R\$ 700,00
Secretário Municipal	R\$ 80,00	R\$ 500,00
Servidor em geral	R\$ 80,00	R\$ 350,00



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPOTÃ
SECRETARIA DO CONTROLE INTERNO

Os gastos com diárias a servidores e agentes políticos importaram no trimestre em R\$ 16.830,00 (dezesesseis mil oitocentos e trinta reais)

	VALOR
PREFEITURA	R\$8.500,00
FUNDO M. SAÚDE	R\$ 1.420,00
FUNDO M. ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 6.910,00
TOTAL	R\$ 16.830,00

SUBSÍDIOS

Os subsídios para a atual legislatura dos Prefeitos, Vice-Prefeito e Secretários, foram fixadas à partir da competência de Fevereiro da seguinte forma:

BENEFICIÁRIO	VALOR FIXADO
PREFEITO	R\$ 24.000,00
VICE-PREFEITO	R\$ 16.000,00
SECRETÁRIOS	R\$ 3.750,00

DESPESA COM O PODER LEGISLATIVO

O Repasse financeiro para o Poder Legislativo Municipal até o período totalizou-se em R\$ 1.078.195,80 (um milhão e setenta e oito mil, cento e noventa e cinco reais e oitenta centavos). Levando em consideração o limite máximo estabelecido pela Constituição Federal (7% da receita do exercício anterior).

CONTRATOS E / OU PROCESSOS LICITATÓRIOS

Durante o período não foram encaminhados a esta secretaria para serem analisados.

CONCURSO PÚBLICO

Durante o QUARTO trimestre de 2018, o concurso público, conforme Edital: Nº 001/2018, encontra-se em fase de CONVOCAÇÃO dos aprovados no certame.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPOATÃ
SECRETARIA DO CONTROLE INTERNO

Pessoal

O Município através das medidas sugeridas atingiu o percentual 42,81 % com gastos de folha de pessoal no quarto trimestre obedecendo aos limites estipulados na Lei de Responsabilidade Fiscal .

PATRIMÔNIO / INVENTÁRIO

Os bens do município necessitam de um levantamento patrimonial, para sua devida atualização e verificação dos adequados tombamentos.

ALMOXARIFADO

O almoxarifado necessita de adequações para funcionar nos moldes preconizados pela Resolução TCE: 160/92, com a emissão do “Demonstrativo das Variações Patrimoniais” para fins de compor o balanço Geral deste Poder Executivo.

A gestão de materiais precisa manter o registro dos bens adquiridos de forma individualizada, com sua competente descrição e preço de aquisição, objetivando um perfeito controle dos recebimentos, armazenamento e distribuição de entrada e saída e de segurança de seus estoques, através de fichas de prateleira, que acusam o estoque atualizado de cada componente.

RECOMENDAÇÕES

- Recomendamos que a administração deve melhorar sua arrecadação, mediante cobrança sistemática da dívida ativa e campanhas de incentivo para o recebimento do IPTU, como também de Taxas;
- Que qualquer concessão a servidor de vantagem/gratificação desde que prevista em Lei, seja precedida de ato da Prefeitura Municipal ou pessoa nomeada por ela para esse fim;
- Atentar para que os repasses obrigatórios para a Educação, Fundo Municipal de Saúde, sejam feitos em conformidade com a lei e que sejam aplicados os percentuais mínimos obrigatórios;
- Atualizar todos os serviços contábeis e financeiros para que possamos cumprir a lei da transparência, via publicação dos atos e fatos desta administração no portal da transparência;
- Encaminhar todos os processos de despesas para análise e liberação por parte da Controladoria;
- Que seja implantado com brevidade o almoxarifado central;
- Que seja providenciado o Tombamento de todos os bens patrimoniais do município com a respectiva colocação da plaqueta numerada e a expedição dos respectivos Termos de Responsabilidade pelo setor onde o bem esteja localizado;
- Determinação de local para guarda de todos os veículos, locados e próprios, incluindo máquinas e equipamentos, após o período de expediente quando não estiverem à serviço da Administração Municipal, sendo vedada a utilização de



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPOATÃ
SECRETARIA DO CONTROLE INTERNO

veículos específicos de Fundos e Secretaria para outros fins senão àqueles para os quais foram adquiridos;

- Controle da utilização de veículos por condutores habilitados e com vínculo legal com a Administração Municipal, incluindo Fundos e Secretaria, sendo vedada a condução por pessoas diversas destas;
- Controle da Frota, através de consumo de combustível e determinação exata da utilização do veículo, máquina ou equipamento, incluindo motivos, solicitantes, autorizações e demais detalhes necessários ao controle;

CONCLUSÃO

Este exame teve o objetivo de verificar a legalidade das transações operacionais do Município de Japoatã de forma a nos permitir um conhecimento geral do funcionamento deste Poder Executivo, exercendo função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal Nº: 4.320/1964, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais, a fim de servir de suporte e apoio ao Controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária de forma prévia e concomitante.

Os elementos que serviram de base para a presente análise e relatório estão arquivados em cada setor responsável pela sua execução, a disposição dos Órgãos de Controle Externo.

Japoatã/SE, 28/12/2018.

Adriana Aparecida Santos Oliveira
Adriana Aparecida Santos Oliveira
Secretária de Controle Interno

Adriana
Adriana Aparecida Santos Oliveira
Sec. de Controle Interno
Decreto Nº 239/2017

Japoatã/SE, 28/12/2018.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPOATÁ
SECRETARIA DO CONTROLE INTERNO

CERTIFICADO

Certifico para os devidos fins que, o relatório de Controle Interno, relativo ao QUARTO trimestre de 2018, foi emitido obedecendo todos os parâmetros da Contabilidade Pública, em conformidade com a legislação vigente, que rege a matéria, especialmente a Lei federal N°: 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Japoatã/SE, 28/12/2018.

Adriana Aparecida Santos Oliveira
Adriana Aparecida Santos Oliveira
Secretária de Controle Interno

Japoatã/SE, 28/12/2018.

Adriana
Adriana Aparecida Santos Oliveira
Sec. de Controle Interno
Decreto N° 239/2017